

TCC/UNICAMP
L628r
IE/2615



1290002615



TCC/UNICAMP L628r

“As Reformas Estruturais na China após 1978 – A abertura da Economia”

Fábio da Silva Lima (002964)

Professora Orientadora: Daniela Magalhães Prates

Introdução.....	3
Capítulo 1 - A Estratégia de Desenvolvimento da China Pós Mao Tse Tung.....	4
1.2 Contexto.....	4
1.3 Reformas pós- 1978.....	6
1.3.1 Os Mecanismos utilizados pela China para fazer cumprir sua estratégia	7
1.3.1.1 As Empresas de Vilas e Municípios.....	7
1.3.1.2 Abertura Econômica.....	9
1.3.1.3 As Zonas Econômicas Especiais (ZEE).....	12
1.3.1.4 Estendendo a Política de Abertura.....	14
1.3.2 O Regime Cambial chinês no período pós reformas	15
1.3.3 O Acesso da China a Organização Mundial de Comércio	16
1.3.3.1 A História do acesso da China a OMC	17
2 Capítulo 2 - Investimento Direto Externo, Comércio Exterior e os principais	
Indicadores Macroeconômicos	18
2.2 Investimento Direto Externo (IDE)	18
2.2.1 As tendências gerais do IDE na China.....	19
2.2.2 A distribuição setorial do IDE na China.....	21
2.2.3 A origem espacial do IDE destinado a China	23
2.2.4 Concentração do IDE nas áreas costeiras.....	24
2.3 Comércio Exterior	26
2.3.1 As tendências gerais do comércio exterior na China.....	26
2.3.2 Estrutura setorial das Exportações chinesas	28
2.3.3 Origem das exportações chinesas	29
2.3.4 As Exportações Chinesas e uma nova organização da divisão	
internacional do trabalho.....	30
2.4 A centralização da Ásia na China.....	31

Introdução

Essa monografia examina a mudança de trajetória da economia da República Popular da China a partir de 1978 pela ótica das políticas de abertura econômica. Os anos que seguem a saída de Mao-Tsé-Tung do poder são marcados pelas Reformas Econômicas implantadas pelo governo chinês com a intenção de colocar a China nos “trilhos” da economia capitalista globalizada. Mas de uma maneira gradual e incrementalista, que proporcionou a economia chinesa se adequar a esse novo contexto e criar as ferramentas necessárias para a continuação do seu desenvolvimento.

O tema central a investigar é a abertura econômica da China no âmbito das reformas econômicas e institucionais pós 1978. E mostrar através dos números do comércio exterior e do investimento direto do exterior (IDE) os impactos dessa abertura.

A hipótese do trabalho é que a China realizou uma abertura econômica fora dos moldes ortodoxos pregados pela “cartilha” do FMI e do Banco Mundial, e que esse foi um dos motivos principais para o sucesso obtido pela China no desenrolar do processo.

O Capítulo 1 descreve os mecanismos utilizados pela China para cumprir seus objetivos estratégicos.

O Capítulo 2 relata os resultados obtidos com a realização da estratégia traçada.

Capítulo 1 - A Estratégia de Desenvolvimento da China Pós Mao Tse Tung

A intenção desse capítulo é mostrar os condicionantes políticos e as estratégias de poder subseqüentes ao processo de “revolução” chinesa nos anos pós-Mao Tse Tung. Além disso, pretendemos apresentar também a estratégia de desenvolvimento propriamente dita e os mecanismos utilizados para colocá-la em prática.

1.2 Contexto¹

Os anos de comunismo na China resultaram em um cenário de grande população com um baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, em particular, baixa disponibilidade de terra agriculturável *per capita*. Uma consequência direta disso, dada a insuficiência da produção agrícola para abastecer o total da população, foi a necessidade da importação de bens agrícolas para alimentar a população e suprir a deficiência de matérias primas.

Essa situação é fruto da estratégia de acumulação de capital adotada nos países socialistas. Segundo Medeiros (1999), nesses países – com as fontes de acumulação sob controle estatal e o investimento autônomo garantido pelo planejamento central – a restrição fundamental à taxa de crescimento origina-se pelo lado da oferta. Segundo os modelos de Feldman (1957), quanto maior a oferta interna de bens de capital, maior tende a ser a parcela de investimento na renda e, conseqüentemente, a taxa de crescimento do produto. No entanto, quanto maior a expansão do setor produtor de bens de produção, maior a demanda sobre bens de consumo em geral e, no caso particular da China, sobre a produção de alimentos e matérias primas. Nos anos 50 isso não foi um problema para a China, pois o apoio da URSS viabilizava o suprimento necessário de bens de capital e grãos, o que permitiu um impressionante salto industrial, a despeito do atraso na agricultura e na indústria de bens de consumo.

No final dos anos 50 há um rompimento na relação entre a China e URSS. Ao longo dos anos 60 a China prossegue com seu processo de industrialização, com o deslocamento

¹ Esse item baseia-se no artigo “China: entre os séculos XX e XXI” de Carlos Medeiros, 1999.

de plantas industriais para áreas remotas do interior, tendo em vista a estratégia de resistência a uma potencial guerra com a URSS. Nesse momento a China encontra-se com uma produção agrícola estagnada e a necessidade de ampla importação de grãos. A economia chinesa inicia os anos 70 com uma reduzida capacidade de importação, combinada com alta dependência de importação de alimentos. De tal maneira que a aceleração da taxa de crescimento e do investimento industrial tornava-se dependente da expansão da capacidade produtiva do setor de bens de consumo e alimentos.

É nesse contexto que se formam as idéias que vão resultar em uma nova estratégia de desenvolvimento, tendo o aumento da produção e da produtividade agrícola como metas estratégicas, ao mesmo tempo em que se impunha uma necessidade política e econômica de acelerar a industrialização pesada.

A estratégia de desenvolvimento adotada na China a partir de 1978 combinou e aplicou, de forma original, diversas políticas baseadas em sua própria história e em diferentes experiências internacionais. O programa chinês fundou-se num conjunto de reformas e num programa estratégico de desenvolvimento, descrito a seguir:

- ◇ Ampla reforma na utilização da terra;
- ◇ Agressivo programa de promoção de exportações e de proteção do mercado interno;
- ◇ Formação de grandes empresas estatais na indústria pesada, com crescente autonomia gerencial e financeira, mas subordinadas ao planejamento central;
- ◇ Promoção das empresas coletivas;
- ◇ Transição gradual de um sistema de preços controlados para um sistema misto de preços regulados, controlados e de mercado;

Tendo em vista a importância decisiva do confronto dos EUA com a ex-URSS para a formação das políticas e instituições nacionais, Medeiros (1999) faz uma divisão do período pós 1978 em duas etapas. A primeira etapa inicia-se com o reatamento das relações diplomáticas entre os EUA e a China em 1979 e termina em 1991, com a extinção da URSS, iniciando-se então a segunda etapa.

A primeira etapa caracteriza-se pela abertura do mercado ocidental, principalmente dos EUA, para as exportações chinesas. Nesse período a China trilhou uma via comum de

desenvolvimento na Ásia, potencializando ao máximo o convite dos EUA, na medida em que este servia aos seus interesses de contenção da ex-URSS, extensão de soberania sobre seu território e de modernização da economia nacional.

A segunda etapa altera rapidamente o contexto que caracterizou a arrancada chinesa. Com o fim da Guerra Fria, o sucesso do desenvolvimentismo chinês passou a ser considerado como afirmação de um indesejável poder regional. As características políticas e institucionais da China (o regime de partido único, sua ideologia, etc.) passaram a pautar o comportamento americano (Medeiros, 1999). Entretanto, nessa época a China já tinha conseguido alcançar um grau de internacionalização que permitiu o governo desenvolvimentista explorar as possibilidades abertas pela rivalidade oligopólica de capitais internacionais crescentemente voltados para o seu mercado interno.

1.3 Reformas pós- 1978

A China evitou a “fórmula de abertura econômica” recomendada pelo “*main stream*” de rápido processo de privatização, reforma de preços de um dia para o outro e imediata eliminação das barreiras de comércio. Apesar do surgimento de uma variedade de novas formas de posse, a privatização em si das pequenas estatais não se realizaram até a metade dos anos 90 e pouquíssimas médias e grandes estatais foram completamente privatizadas. Os preços relativos na China, em sua maior parte, convergiram para níveis mundiais, mas esta convergência foi feita através de um processo gradual (Lardy, 1998). Inicialmente a opção foi por uma alteração nos termos de troca favoravelmente à agricultura e, simultaneamente, por liberalizar a comercialização privada do excedente agrícola (Medeiros, 1999).

A promoção das EVM (Empresas de Vilas e Municípios) e a política de preços para a agricultura tiveram papel decisivo na estratégia chinesa. À medida que a produtividade agrícola aumentava, a economia se abria e se modernizava (através da importação de máquinas e equipamentos), a natureza da restrição ao crescimento se deslocava para o setor externo.

1.3.1 Os Mecanismos utilizados pela China para fazer cumprir sua estratégia

As reformas na política externa da China ampliaram de forma notável a interação da China com as demais economias do mundo. A descentralização e a liberalização dos mecanismos pelos quais o comércio exterior é conduzido levaram a um impressionante aumento nos volumes e a importantes mudanças neste comércio, além de um redirecionamento de exportações e importações para novas fontes e mercados. No entanto, a descentralização e liberação dos mecanismos condutores do comércio foram feitas de maneira extremamente cautelosa, sempre buscando manter o controle sobre tudo o que estava sendo feito. Segundo Harding (1987), a idéia do governo no que diz respeito à política externa poderia ser resumida da seguinte maneira: “os líderes chineses falam em criar uma porta aberta entre a China e os demais países, mas enfatizam a necessidade de se colocar um filtro nessa passagem, permitindo a China admitir a tecnologia que deseja e o capital que precisa e, ao mesmo tempo, excluir idéias, produtos e influências que poderiam ser prejudiciais ao país”.

Interessante observar os principais mecanismos utilizados pela China para possibilitar uma abertura do país ao exterior, mas mantendo-se o rigoroso controle do Estado sobre a economia. Nesse sentido as Zonas Econômicas Especiais tiveram um papel extremamente importante e decisivo no desenvolvimento dessa estratégia chinesa.

1.3.1.1 As Empresas de Vilas e Municípios

As origens das EVM podem ser encontradas nas comunidades agrícolas, ou comunas, que se formaram na época do “Grande Salto” em 1958, e que levavam a responsabilidade de estabelecer e promover a indústria rural. O processo de evolução das comunas origina as “empresas de comunas e brigadas”. No final dos anos 70, o sistema de responsabilidade sobre contratos de propriedade gradualmente substitui o sistema de comunas e as “empresas de comunas e brigadas” passam a ter maior autonomia. Nesse novo contexto elas tiveram incentivos para melhorar a produção, a produtividade, e o desenvolvimento de novos negócios. Além disso, o governo implementou várias políticas

para encorajar o desenvolvimento dessas empresas, fornecendo empréstimos a termos favoráveis, redução ou isenção de impostos, e toda a assistência técnica necessária. Todas essas medidas formam a fundação para o processo de desenvolvimento das indústrias rurais nos anos 80 e 90. (Harvie, 1999:3).

Em 1984 as “empresas de comunas e brigadas” foram oficialmente renomeadas como empresas de vilas e municípios (EVM), e foi decidido que o esse rótulo seria usado também pelas empresas rurais individuais e por aquelas baseadas em fazendas cooperativas. Fato esse que praticamente quintuplicou o número de EVM, que inicialmente era de 1,4 milhões e em 1984 passou a ser 6,1 milhões. Entre os quatro tipos de estrutura de posse que classificadas como EVM pelo governo em 1984, estavam: as empresas de comarcas e cidades; as empresas de vilas; cooperativas de fazendeiros; e os negócios individuais ou de família. As duas primeiras categorias são de posse coletiva das cidades (as comunas antes de 1984) e vilas (as brigadas antes de 1984). As cooperativas são dos fazendeiros que colocam seus recursos juntos para a produção. E a última categoria consiste em empresas de posse de indivíduos. (Harvie, 1999:3).

O ímpeto inicial para o crescimento das EVM veio do sucesso das reformas na agricultura feitas pela China no final dos anos 1970 e início dos 1980, que expandiu consideravelmente a poupança rural, liberou milhões de trabalhadores para empregos fora das fazendas e aumentou a demanda rural por bens de consumo, além de ter aumentado a receita após a descentralização fiscal em meados dos 1980. A importância das EVM vem das seguintes questões: primeiramente, as EVM permitiram às comunidades rurais transformarem o controle sobre ativos e recursos em renda, apesar da ausência de um mercado de ativos. O crescimento dos mercados proporcionou às comunidades rurais a oportunidade de realizar valor dos recursos locais controlados. Em segundo lugar, as EVM possibilitaram uma forma de converter ativos em renda sem que a difícil questão da privatização fosse resolvida. A conversão foi possível pelo fato das EVM contribuírem de maneira importante para melhorias na competitividade e para a abertura dos mercados. Em terceiro vem o fato que com mercados funcionando como nas economias capitalistas as firmas urbanas teriam comprado as terras e empregado a mão de obra dessas áreas. Na ausência dessas instituições as EVM representam uma solução alternativa. Finalmente, as EVM facilitaram o acesso ao capital no que diz respeito a firmas iniciantes. Na China, a propriedade do governo local tem um papel importante no processo de intermediação

financeira. Os governos locais podiam melhor acessar os riscos de um negócio iniciante sobre o seu controle, e eram capazes de agir como fiadores de empréstimos a EVM individuais. Ao assumir parte dos riscos de entrada, os governos locais permitiam às firmas iniciantes entrarem no processo com tamanhos maiores, com certo grau de mecanização, e explorando economias de escala. Com os governos locais atuando de maneira importante em relação aos fluxos de capitais para as empresas rurais, essas firmas foram capazes de tirar vantagem da relativa abundância de poupança das famílias chinesas. As oportunidades de lucro e os razoáveis níveis de risco nos setores das EVM mantiveram os retornos reais altos e contribuíram para a manutenção de altas taxas formação de poupança. (Harvie, 1999:4).

Os líderes das vilas e municípios são indicados pelos administradores dos condados, e eles são responsáveis por nomear os gerentes das EVM. Com efeito, eles possuem todos os componentes principais dos direitos de propriedade: controle da renda residual; direito de alocar os ativos; direito de apontar e demitir os gerentes; e assumir o controle direto das EVM se necessário. Os residentes locais e os trabalhadores das EVM não possuem direito algum sobre a administração dessas. O reconhecimento político e financeiro dos oficiais das vilas e municípios é determinado por um contrato que explicita o sucesso de indicadores econômicos e objetivos sociais.

O sucesso das EVM chinesas foi um produto não antecipado do processo de reformas econômicas, atendendo a um maior nicho de mercado na produção de bens de consumo tanto para o mercado interno como para o externo. O sucesso no mercado interno é um desdobramento do sistema de planejamento central e da falta de produção de bens de consumo pelas grandes estatais. O rápido crescimento das EVM contribui significativamente para a absorção de mão de obra rural que não foi empregada diretamente na agricultura, para a geração de maiores renda e poupança rural, assistiu – de maneira mais geral – o desenvolvimento econômico das comunidades rurais, e gerou receita para os governos locais. Todo esse desenvolvimento contribui para reduzir a extensão da migração para as áreas urbanas e apresentou níveis de produção nem um pouco desprezíveis. (Harvie 1999:15).

1.3.1.2 Abertura Econômica

As reformas na esfera da política econômica internacional da China, iniciadas em 1978, elevaram notavelmente sua atuação na economia internacional. Essas reformas expandiram a gama de relações internacionais aceitas pela China. Ao contrário daquilo que era aceito até então, a China passou a aceitar os investimentos diretos do exterior; a aceitar ajuda, empréstimos e créditos de outros governos, organizações internacionais e bancos comerciais; e multiplicou os canais pelos quais espera adquirir avançado “know how” tecnológico e experiência de gerenciamento. Para fazer frente a essas mudanças o governo Chinês designou algumas partes do país para serem a vanguarda na absorção de tecnologia, introdução de capital externo e expansão das exportações chinesas. Essas áreas ficaram conhecidas como Zonas Econômicas Especiais e serão estudadas mais adiante neste capítulo. Todas essas medidas produziram não só um aumento quantitativo nas trocas chinesas como uma mudança na qualidade da natureza das relações internacionais chinesas (Harding, 1987:132).

Na reestruturação do aparato de comércio exterior Chinês, os reformistas utilizaram muitos dos conceitos que guiaram a reforma da economia doméstica, incluindo princípios de diversificação, responsabilidade e incentivos. De início expandiram-se o número de canais pelos quais os produtos são trocados com o exterior. Aumentou-se grandemente o número de agências de comércio do estado (na época poucas empresas tinham o direito de importar e exportar livremente, ou seja, sem a intermediação do governo), com isso expandiu-se o número de companhias de comércio das províncias e municípios, facilitando as trocas das empresas não autorizadas a fazer o comércio exterior de maneira direta. O governo também passou a encorajar as companhias de comércio exterior a realizar operações conjuntas com as empresas produtoras, dessa maneira uma única organização tornara-se responsável pela produção e comercialização (Harding, 1987:137).

Para aumentar a iniciativa e a responsabilidade das companhias de comércio exterior, elas foram transformadas de agências do governo – com monopólio oficial sobre certas linhas de produtos – em firmas economicamente competitivas responsáveis por seus lucros ou perdas. O Ministério das Relações Econômicas Exteriores e Comércio (MREEC) perdeu sua autoridade de gerenciamento direto sobre as companhias de comércio do estado. A autoridade comercial é descentralizada do MREEC para as províncias e ministérios locais, mas ainda assim as firmas continuavam respondendo para alguma autoridade – eram oficiais do ministério ou das províncias que tinham o poder para demandar ações políticas.

Essa descentralização significou que as províncias poderiam criar suas próprias companhias de comércio em contraposição às aquelas companhias de comércio do governo central – com isso o monopólio comercial exercido pelo governo central foi destruído. A descentralização da autoridade comercial foi combinada com um novo sistema que permitia as firmas e governos locais reter parte da moeda estrangeira que era fruto das operações comerciais. Essa concessão foi uma tentativa de incentivar as empresas a vender no exterior, através da compensação da grande diferença que existia entre os preços nacionais e os internacionais e a supervalorizada moeda chinesa (Shirk, 1994:46).

Os investimentos diretos estrangeiros também tiveram papel importante nesse contexto de abertura externa da China. Inicialmente, os líderes chineses mais cautelosos pretendiam limitar o escopo do IDE na China a algumas organizações em particular e apenas a algumas regiões geográficas. Tentaram ainda sugerir que os recursos externos se dirigissem a apenas alguns poucos setores da economia como a construção de hotéis e a extração de energia. Mas com o passar do tempo essas restrições iniciais foram caindo e a partir de meados dos anos 80 qualquer região da China tornou-se passível de receber IDE, e quase todas as províncias passaram a procurar maneiras de atrair esses investimentos. O IDE desde então tem sido aceito em todos os setores da economia. Além disso, alargou-se a gama de formas organizacionais autorizadas a receber esse tipo de investimento. Os tipos de propriedade do capital estrangeiro deixaram de ser apenas as joint ventures e assumiram diferentes formas que variam desde empresas 100% de capital externo a joint ventures contratuais dos mais variados tipos. (Harding, 1987:159)

1.3.1.2.1 Sistema de Contratos do Comércio Exterior²

No final de 1987 e no ano de 1988, o governo chinês respondeu aos recorrentes problemas de perdas financeiras no comércio exterior e fracos incentivos a exportações

² Esse item está baseado no Capítulo 5 do livro *How China Opened Its Door*, escrito por Shirk, S.L.

com uma nova reforma de descentralização chamada de “Sistema de Contratos do Comércio Exterior”.

Cada província negociou um contrato com as autoridades centrais. Esse contrato consistia em pontos: a quantidade de ganhos em moeda estrangeira; a quantidade de moeda estrangeira a ser remetida para o governo central; e uma quantidade fixa de moeda local que o governo central providenciaria para subsidiar as perdas relacionadas as exportações. Os contratos assinados em 1988 tinham vigência de três anos; em 1991 na renovação desses contratos as condições e a vigência dos contratos tornaram-se um pouco mais restritas – haveria renegociações anuais.

Esse sistema de contratos foi um grande passo em direção a liberação dos controles do governo central, em especial quando combinada com o descongelamento e abolição dos controles de quotas de retenção cambial, além do relevante encolhimento do plano central de comércio exterior.

Mas apesar da abrangência desse sistema de contratação comercial, o fato de ser uma medida puramente administrativa não conseguiu compensar completamente as distorções de preços existentes na China e supervalorizou o cambio. As perdas com exportações permaneceram. Na tentativa de resolver a situação as quotas de retenção de moeda estrangeira foram aumentadas novamente, e as taxas para exportações acima dos alvos dos contratos foram elevadas para 80%. Além disso, foi criado um sistema de reembolso de impostos para exportadores.

1.3.1.3 As Zonas Econômicas Especiais (ZEE)³

Seis meses depois do início das reformas em Dezembro de 1978 a lei de *joint venture* e a criação das Zonas Econômicas Especiais foi aprovada. Quatro zonas foram estabelecidas: três na província de Guangdong e uma na província de Fujian. O objetivo da política de ZEEs era atrair investimentos diretos oferecendo termos de concessão e um bom

³ Esse item está baseado no Capítulo 5 do livro *How China Opened Its Door*, escrito por Shirk, S.L.

ambiente para negócios. Esperava-se que a maior parte da indústria nas ZEEs processasse materiais importados para a exportação.

A explicação para a criação de apenas quatro ZEEs no início do período reformista se dá por duas frentes: a primeira delas diz respeito a prevenção de que essas novas políticas em relação ao IDE fossem bloqueadas pela oposição do partido comunista e por oficiais do governo, pois muitos líderes chineses ainda permaneciam comprometidos com a noção de auto sustentação da China. O estabelecimento de apenas quatro zonas especiais poderia ser apresentado a essa oposição como uma forma de beneficiar-se do IDE enquanto a influencia cultural estrangeira influenciaria apenas algumas pequenas áreas. A criação das ZEEs foi uma forma de reduzir a resistência a novas políticas de abertura. A segunda razão para a limitação do número de ZEEs para apenas quatro foi que isso permitiria Deng Xiaoping e outros líderes comunistas explorar vantagens políticas (estender os privilégios das ZEEs para localidades particulares proporcionava crédito político com as autoridades provinciais).

Os investidores mais prováveis para essas ZEEs eram os chamados “chineses do exterior”, por isso as primeiras ZEEs eram localizadas no sul da China – próximas de Hong Kong, Taiwan e Singapura – que era a região de origem dos chamados “chineses do exterior”. A estratégia era baseada na crença de que, apesar do fato que as corporações internacionais pudessem ter idéia dos risco econômicos e políticos de investir na China, qualquer cautela por parte dos “chineses do exterior” seria varrida pela vontade desses chineses de expressar seu patriotismo e criar emprego para seus conterrâneos através da criação de novas plantas produtivas na China. O entusiasmo dos “chineses do exterior” de fazer negócios na China se provou um ingrediente valioso para o sucesso econômico chinês. A partir do início das reformas, boa parte dos investimentos diretos do exterior que entraram na China originaram-se dos “chineses do exterior”, principalmente de Hong Kong e Taiwan.

As ZEEs foram isentas da rigidez econômica que dominava todo o resto da economia. As zonas tinham liberdade para organizar sua economia através de uma flutuação de preços baseada nas forças de mercado. Seus experimentos no mercado de trabalho, ofertas abertas para contratos de construção e outras inovações *market-style* colocaram as ZEEs na vanguarda do processo de reformas. Um escritório das ZEEs

estabeleceu-se sob o Conselho do Estado para administrar a interação entre as ZEEs e a burocracia central.

As políticas estendidas às ZEEs envolviam mais do que liberdade para oferecer políticas tributárias concessivas aos investidores estrangeiros. O governo chinês também favoreceu essas zonas com generosos subsídios financeiros sob a forma de contratos de renda fiscais e cambiais. Um exemplo disso foi o que aconteceu em Guangdong e Fujian em 1980, quando essas províncias foram beneficiadas com contratos fiscais de cinco anos que permitiam que essas províncias retivessem quase todos os impostos e lucros industriais gerados em sua jurisdição.

Às ZEEs também era permitida a retenção de toda a moeda estrangeira que era obtida através do comércio – às outras regiões chinesas era permitida a retenção de apenas 25%.

Quando governantes das demais províncias viram os benefícios econômicos que Guangdong, Fujian e as ZEEs estavam obtendo com as exportações, *joint ventures* e liberdade do planejamento, elas começaram a fazer pressão para obter os mesmos privilégios. Em meados dos anos 80 todas as províncias até mesmo as do interior (opponentes das políticas de abertura) estavam demandando mais acesso as políticas de portas abertas.

1.3.1.4 Estendendo a Política de Abertura

Em 1984 pressões de outras províncias levaram o Conselho do Estado a estender os benefícios dados as ZEEs para a Ilha de Hainan e outras quatorze cidades costeiras. As novas “cidades abertas” tinham permissão para oferecer incentivos fiscais para investimentos estrangeiros, mas não com a mesma generosidade daqueles oferecidos pelas ZEEs já existentes. As cidades eram encorajadas a criar zonas de desenvolvimento tecnológico que poderiam oferecer vantagens que as permitiriam “brigar” em igualdade com as ZEEs antigas pelos investimentos estrangeiros. Em 1988 a política de abertura foi estendida para toda a região costeira. Enquanto os acontecimentos se desenrolavam nas regiões costeiras, as províncias do interior clamavam para obter os mesmo privilégios. Em

1985, o conselho do Estado aprovou alguns benefícios especiais para quatro regiões autônomas do interior e três províncias também do interior. A estratégia de desenvolvimento da região costeira de 1988 incluiu três localidades do interior. Em 1992, Benjing autorizou vinte e uma cidades, localizadas ao longo do Rio Yangtze, a oferecer incentivos especiais a investidores estrangeiros.

1.3.2 O Regime Cambial chinês no período pós reformas

Uma das ferramentas mais importantes utilizadas pela China nesse processo de abertura econômica foi o seu regime cambial. Com esse regime as autoridades econômicas buscaram ter um controle sobre as transações comerciais de tal maneira que as vantagens ficassem para o lado chinês. O sucesso da política adotada é transmitido pelos impressionantes números de formação de reservas internacionais na China nos últimos 20 anos, resultados de enormes saldos na balança comercial.

O regime inicial, que vigora de 1981 até 1984, tinha duas taxas de câmbio: a oficial e a secundária. A taxa oficial depreciou gradualmente sob um sistema de “flutuação gerenciada”, enquanto a secundária era fixada a uma taxa mais depreciada. A taxa secundária era utilizada para acertos de pagamentos entre as empresas de comércio exterior e seus fornecedores. Em 1985 essa taxa secundária foi abolida e a taxa oficial foi adotada para todas as transações cambiais (WORLD BANK 1994:28). Entretanto o sistema dual de cambio reaparece no final de 1986 com o estabelecimento com o “foreign Exchange adjustment or “swap” centers (FEAC’s)”. Nesse momento a taxa oficial administrada passa a ser usada para o comércio internacional e outras transações externas. Uma segunda taxa de cambio, mais depreciada e determinada pelas FEAC’s, pode ser utilizada pelas empresas para comprar e vender moedas estrangeiras, assim como para reter quotas que podem ser utilizadas para aquisição de moeda estrangeira, à taxa oficial, para financiar transações comerciais que não estão incluídas no plano (WORLD BANK 1994:29). Em abril de 1991 um sistema de flutuação controlada é adotado. Dessa maneira a taxa de cambio oficial administrada passa a ser ajustada com maior frequência através de mudanças pequenas e periódicas baseadas em diversos fatores: (i) desenvolvimento na balança de pagamentos;

(ii) desenvolvimento nos mercados cambiais; (iii) desenvolvimento das FEAC's; e (iv) mudanças na estrutura de custos das atividades que geram entradas de reservas internacionais. Apesar de terem ocorrido ajustes para ambas as direções, a tendência geral foi de depreciação da moeda chinesa – no final de março de 1993 a taxa era de 5,73 yuan por dólar (WORLD BANK 1994:30).

1.3.3 O Acesso da China a Organização Mundial de Comércio

Em 17 de Setembro de 2001 a Organização Mundial de Comércio anunciou a conclusão das negociações dos termos que permitiram a entrada da China para a OMC, que foi oficializada na Conferencia Ministerial da OMC em Doha, Qatar, em novembro do mesmo ano.

Esse foi um momento histórico – segundo os próprios membros da OMC – que fechou um longo período (quinze anos) de negociações entre a OMC e a China. Como resultado dessa longa negociação a China concordou em adotar uma serie de compromissos importantes para abrir e liberalizar o seu regime econômico com o intuito de integrar-se melhor na economia mundial e oferecer um ambiente mais previsível para o comércio internacional e para os investimentos do exterior. Seguem abaixo alguns dos compromissos assumidos pela China:

- A China vai tratar de maneira não discriminatória todos os membros da OMC;
- A China vai eliminar as práticas duais de preços, assim como vai eliminar as diferenças de tratamento dadas aos bens produzidos para a venda na China em contraposição àqueles produzidos para venda no exterior;
- Controles de preços não serão utilizados para fins de proporcionar proteção a industrias domésticas ou provedores de serviços;
- A China não vai manter ou introduzir nenhuma espécie de subsidio aos produtos agrícolas;

A maioria das restrições que as companhias estrangeiras tinham até o momento da assinatura do acordo deveriam ser eliminadas ou reduzidas de maneira considerável após

um período de três anos. Em outras áreas, como os direitos de proteção da propriedade intelectual, a China deveria implementar o acordo TRIPS (Aspectos relacionados ao comércio de direitos de propriedade intelectual) a partir da data da assinatura do acordo com a OMC.

1.3.3.1 A História do acesso da China a OMC

A China era um dos 23 membros que assinaram o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) em 1948. Mas após a revolução chinesa em 1949, o governo em Taiwan anunciou que a China iria deixar o sistema do GATT. Apesar do governo em Beijing nunca ter reconhecido essa decisão, apenas quarenta anos mais tarde, em 1986, o governo da China decidiu tomar uma posição e notificou ao GATT o seu desejo de retomar o seu status de membro.

Nesse momento a China se encontrava em um momento de implementação de reformas econômicas e uma transformação da sua economia em direção a uma economia mais baseada no mercado.

O processo de acesso da China a OMC foi dirigido pelo “Working Party” cujos membros eram todos aqueles membros da OMC interessados nesse novo membro. Inicialmente o “Working Party” foi estabelecido sobre o GATT em 1987 e preocupava-se apenas com o regime de comércio de bens. Em 1995, essa comissão foi transformada em OMC “Working Party” e o seu escopo foi expandido para incluir o comércio de serviços, novas regras em medidas não tarifárias e regras relativas a direitos de propriedade intelectual.

Parte substancial do processo de acesso da China a OMC envolveu negociações bilaterais a China e os membros da OMC. Enquanto diversas áreas da política comercial da China foi foco de negociações bilaterais e, algumas vezes, multilaterais, a responsabilidade do “Working Party” era de manter um resumo do andamento e do progresso das

negociações, além de assegurar que todos os aspectos da política comercial estavam sendo abrangidos.

O “Working Party” tinha duas tarefas: produzir uma lista de suas deliberações; e completar o Protocolo de Acesso. A produção desse documento tem como objetivo prover garantias, aos membros da OMC, do cumprimento das reformas e das medidas de ordem transacional prometidas pela China, ou seja nada mais é que um cronograma para levar a China para um regime de comércio em total conformidade com as regras e obrigações da OMC.

Os processos de acesso a OMC variam em duração e podem demorar alguns anos para se completarem. O que faz com que esse período seja maior ou menor é a proximidade em que o candidato se encontra em relação as regras e obrigações determinadas pela OMC.

Capítulo 2 - Investimento Direto Externo, Comércio Exterior e os principais Indicadores Macroeconômicos

O objeto deste capítulo é analisar a evolução de alguns indicadores macroeconômicos no período que segue o início da abertura econômica chinesa.

2.2 Investimento Direto Externo (IDE)

O IDE foi autorizado na China em 1979, como parte das reformas econômicas e da política de abertura iniciada em 1978. A nova política fomentava a participação da China

no comércio internacional e o seu acesso a fontes externas de capital e tecnologia, com a intenção de acelerar o processo de modernização econômica (Lemoine 2000:15).

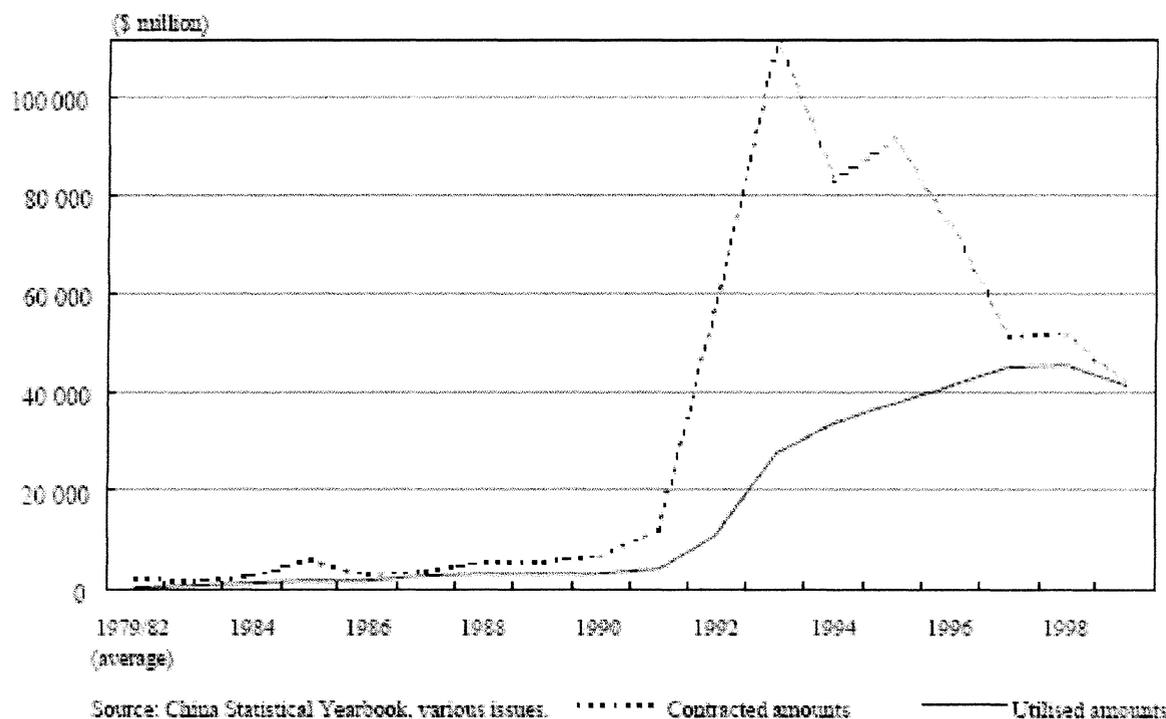
No que diz respeito ao IDE, a política chinesa tem sido seletiva, dando tratamento preferencial (isenção de tarifas e reduções fiscais) para as áreas nas quais o IDE é visto como prioritário, ou seja, os setores orientados para as exportações e os setores alvo das políticas de substituição de importações. Já os demais setores da economia continuam sujeitos a fortes regulações (Lemoine 2000:15).

A política da China de atração de IDE tem obtido marcante sucesso. Nos anos 90, a China se tornou o segundo país que mais atrai IDE, ficando atrás apenas dos EUA. Diversos são os fatores que contribuem para esse sucesso, dentre eles: a gradual liberalização do sistema econômico chinês tem proporcionado um ambiente cada vez mais favorável à atividade de empresas estrangeiras; as altas taxas de crescimento econômico, apresentadas pela China nos últimos 20 anos, se refletem em um rápido crescimento do mercado doméstico, o que tem atraído os investidores estrangeiros; finalmente, a integração chinesa à economia mundial tem sido acelerada pelas tendências da globalização, que envolvem uma estável e rápida expansão do investimento direto externo global (Lemoine 2000:15).

2.2.1 As tendências gerais do IDE na China

Podemos dividir as tendências dos fluxos de IDE em três fases distintas: os anos 80, quando as entradas de IDE na China aumentaram a passos moderados; seguidos por um salto nessas entradas de IDE nos anos de 1992 a 1997; por fim, nos anos que seguem 1998 observamos uma interrupção desse crescimento acelerado do ingresso de IDE para a China (gráfico 1).

Figure 1 - Annual Inflows of FDI in China: Contracted and Utilized Amounts, 1982-1999



(FONTE: Lemoine 2000)

Na fase inicial de abertura ao IDE os fluxos permaneceram modestos. No final de 1983 o total de IDE acumulado na China estava em um patamar próximo dos US\$ 3 bilhões. Com as melhorias na estrutura de regulação do IDE e o aumento da confiança dos investidores na China, os fluxos foram melhorando progressivamente, saltando de um patamar de US\$ 1,6 bilhões no ano de 1985 para US\$ 3,2 bilhões em 1988. Nos anos de 1989 e 1990 os fluxos de IDE ficaram estáveis, voltando a crescer apenas em 1991, quando atingiram US\$ 4,4 bilhões (Lemoine, 2000).

A partir de 1992 os fluxos de IDE para a China começam a ganhar força, atingindo US\$ 11 bilhões nesse mesmo ano, saltando para US\$ 33 bilhões em 1994 e alcançando impressionantes US\$ 47 bilhões no ano de 1997. Esse excepcional desempenho do IDE após 1992 é resultado de fatores institucionais e macroeconômicos. No plano institucional o governo chinês retomou a política de extensão das reformas econômicas e deu início a uma nova rodada de medidas para atrair o IDE. As empresas de capital estrangeiro passaram a

ter maiores oportunidades de vender seus produtos no mercado doméstico chinês. Além disso, novos setores foram abertos (experimentalmente) para os investidores estrangeiros. No âmbito macroeconômico as políticas que estimularam o crescimento entre 1992-94 e a desvalorização do “Renminbi” (yuan – moeda chinesa) tiveram um importante papel na atração de IDE. O contexto internacional dos anos 90 também favoreceu bastante esse aumento dos fluxos de investimento direto externo para a China. Nesses anos a tendência mundial foi de direcionar grandes volumes de IDE para os países em desenvolvimento, sendo a China um dos principais destinatários desses fluxos – o primeiro entre os países em desenvolvimento, com 30% dos fluxos de IDE destinados a esses países entre os anos de 1992 e 1998.

A forma como se desenhou e se desenvolveu a inserção da China economia mundial levou a uma nova organização (distribuição) da produção industrial na economia mundial, particularmente da asiática. A China se afirmou como um pólo mundial de produção industrial, conseqüentemente observa-se um importante desvio de comércio e de investimentos na Ásia, deslocando diversos exportadores asiáticos do mercado americano e absorvendo de forma isolada importantes fluxos de investimento direto (MEDEIROS, 2003:2).

O final dos anos 90 chega acompanhado de uma marcante redução nos fluxos de IDE para a China, que coincide com uma queda no crescimento da economia chinesa como um todo, mostrando que a orientação dos IDE é intensamente influenciada pelas flutuações do crescimento doméstico. A crise asiática acentua esse processo, dado que as fontes de capital da Ásia secaram e os investidores se tornaram mais cautelosos. Resultado disso é estabilidade dos fluxos de IDE no ano de 1998 e a redução de 11% no ano seguinte (Lemoine 2000:17).

2.2.2 A distribuição setorial do IDE na China

Quanto à distribuição setorial do IDE recebido pela China, observaram-se mudanças substanciais nos anos 80 e 90. Na “fase inicial” (1979-1986), os investimentos

concentraram-se nas atividades de prospecção geológica (participação das empresas ocidentais na exploração dos campos de petróleo da China, como parte importante da política industrial do país), na indústria manufatureira trabalho-intensiva (indústrias leves) e no setor serviços, que concentrou 70% do montante do IDE recebido no período. O setor imobiliário foi responsável por mais da metade desse total, o que demonstrou uma preocupação especial com a criação de uma infra-estrutura mínima de turismo de negócios (hotéis, restaurantes, companhias de táxi, etc.) (Silva, 2004:161).

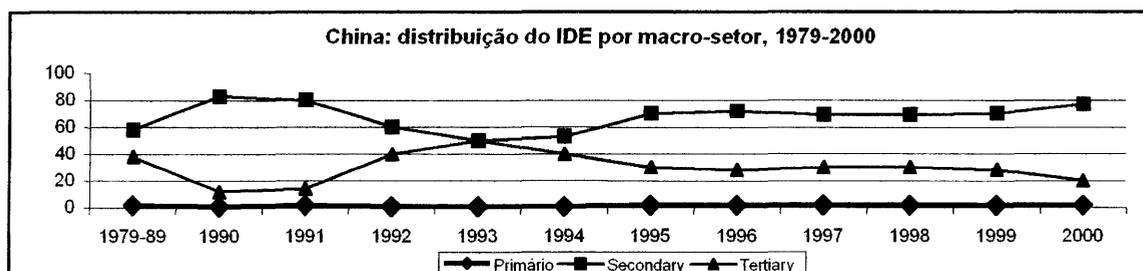
No ano de 1986, passada a fase inicial de “ambientação” do IDE na China, o governo chinês começou a tomar uma série de medidas com o intuito de mudar a estrutura setorial do IDE e o fez procurando alocar esses investimentos para setores orientados a exportação e de mais alta tecnologia. Dessa maneira, nos anos de 1988 a 1991, os fluxos de IDE foram redirecionados para a indústria; nos anos 90, a indústria e os serviços foram responsáveis por mais de 98% do total acumulado de investimentos recebidos pela China, a indústria foi responsável por $\frac{3}{4}$ dessa participação (Silva, 2004:161).

Dentro dos fluxos direcionados para a indústria a distribuição do IDE apresentou algumas mudanças. Na década de 80, os investimentos concentraram-se na indústria tradicional – especialmente têxtil e vestuário. Na década de 90 os investimentos foram dirigidos cada vez mais para as indústrias intensivas em capital e com tecnologia mais avançada, como química, maquinaria, equipamentos de transporte, eletrônica e comunicação (Silva, 2004:162).

Ao fazer um panorama geral dos fluxos de IDE, utilizando os macro setores como padrão de distribuição, observa-se uma clara predominância do setor secundário (gráfico 2). Esse resultado é uma resposta às políticas macroeconômicas adotadas pelo governo chinês sintonizadas com o projeto de modernização industrial.

(Em %)

GRÁFICO 2



Fonte: China Foreign Economic Statistical Yearbook, vários anos

(FONTE: Silva, 2004:162)

2.2.3 A origem espacial do IDE destinado a China

A origem espacial dos investimentos destinados a China aponta Hong Kong como a maior fonte de IDE, com uma contribuição próxima dos 50%, seguido pelos EUA (8,6%), Japão (7,9%), Taiwan Província da China (7,5%) e Singapura (4,9%). Esses dados referem-se ao IDE acumulado entre os anos de 1979 e 2000 (Silva, 2004:163).

A predominância de Hong Kong nos investimentos destinados à China é resultado de diversos fatores: (i) a proximidade de Hong Kong da mais importante Zona Economia Especial – a Província de Guangdong; (ii) o desenvolvimento da economia de Hong Kong nos anos 80 permitiu a transferência da indústria manufatureira (trabalho-intensiva) para a China, com custo de mão de obra mais baixo; (iii) desde 1992, boa parte dos investimentos oriundos de Hong Kong representou uma reciclagem do capital da China, os quais queriam gozar do tratamento preferencial dado ao IDE.

Os investimentos provenientes de Taiwan seguem a mesma lógica daqueles provenientes de Hong Kong, mas com uma diferença importante: no início, os investimentos de Taiwan foram orientados para a exportação nas indústrias tradicionais, como Hong Kong, mas a partir de meados dos anos 90 seus investimentos passaram a se

expandir para os setores intensivos em tecnologia, especialmente informática e telecomunicações (Silva, 2004:164).

Aqueles investimentos originados nos Estados Unidos tiveram a tendência de destinar-se para os setores intensivos em capital e tecnologia.

Os objetivos das firmas estrangeiras que investem na China diferem de acordo com o país de origem. As firmas asiáticas são motivadas por considerações de custos e tendem a investir mais do que as outras firmas nas atividades orientadas para a exportação. Portanto, os investimentos asiáticos na China correspondem a uma realocação das indústrias trabalho-intensiva em um país onde os salários são baixos, procurando assim manter sua competitividade no mercado internacional. Já os investimentos americanos e europeus são orientados por estratégias de expansão de mercado e são em grande parte direcionados para setores intensivos em capital e produzem para o mercado doméstico (Lemoine, 2000:27,28)

2.2.4 Concentração do IDE nas áreas costeiras

A distribuição geográfica do IDE na China se mostra bastante desigual (gráfico 3), com uma forte concentração nas províncias costeiras, em especial as províncias de Guangdong, Jiangsu, Fujian, Xangai e Shandong, que juntas recebem mais de 60% de todo o IDE destinado para a China (Lemoine, 2000:30).

A abertura da China ao IDE inicialmente se limitou às zonas costeiras, enquanto as províncias do interior permaneciam fechadas. Em 1998, a taxa de estoque de IDE em relação ao PIB nas áreas costeiras foi 4 vezes o nível atingido pelas províncias do interior (40% contra 11%). A distribuição geográfica do IDE levou ao surgimento de diferentes padrões de desenvolvimento econômico dentro da China.

2.3 Comércio Exterior

Desde o início dos anos 80, período no qual se inicia o processo de abertura comercial, a China seguiu uma política de comércio exterior que misturava promoção de exportações com medidas de proteção de importações. O protecionismo, intenso na política comercial chinesa, funcionou como um forte des-incentivo às exportações, pois elevava os custos dos bens de capital e dos insumos intermediários necessários para a produção de bens para exportação. Além disso, fazia com que os preços internos se tornassem mais altos, tornando o mercado doméstico mais atrativo que os mercados externos. Diante dessa tendência “antiexportadora”, a política comercial da China isolou as empresas exportadoras dos efeitos indiretos do protecionismo comercial e permitiu aos setores exportadores a importação de bens com liberdades tarifárias, ou seja, fora da regulação comercial que age sobre os demais setores, proporcionando assim as condições necessárias para que essas empresas que produziam para exportar se tornassem competitivas no mercado internacional (Lemoine 2000:15).

A partir do ano 2000 a China inicia uma nova fase da sua política comercial, caracterizada pelo processo de entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) e por uma “maior” exposição da China aos mercados externos, isso significa queda significativa do característico protecionismo chinês.

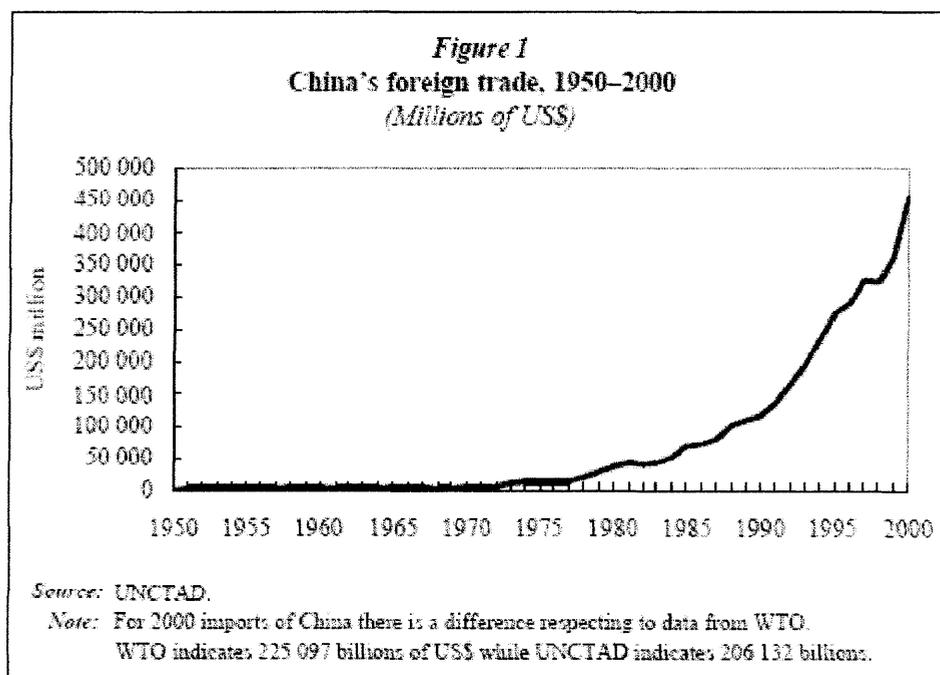
2.3.1 As tendências gerais do comércio exterior na China

O resultado da estratégia adotada pela China foi um crescimento significativo das exportações que passaram de US\$ 26 bilhões em 1985 para US\$ 325 bilhões em 2002, permitindo a China elevar a sua participação no comércio mundial de 1,4% para 4% nesses anos. O desempenho das exportações refletiu-se no aumento do *market share* do país de menos de 2% para 6% no mesmo período (Silva, 2004:165).

O crescimento econômico Chinês fez com que o país se tornasse um grande importador de petróleo e gás natural. Além disso, o fato de a China passar a exportar diversos novos produtos – equipamentos de telecomunicação, máquinas e equipamentos elétricos, produtos metálicos, produtos plásticos e instrumentos de precisão – fez com que se elevasse a necessidade de importar partes e componentes para produzir tais produtos. O resultado é um significativo incremento nos coeficientes de importações da China, que passam de um total de US\$ 19 bilhões em 1982 para US\$ 295 bilhões em 2002.

Os gráficos 4 e 5 (abaixo) mostram a evolução do comércio chinês como um todo, ou seja a soma entre exportações e importações.

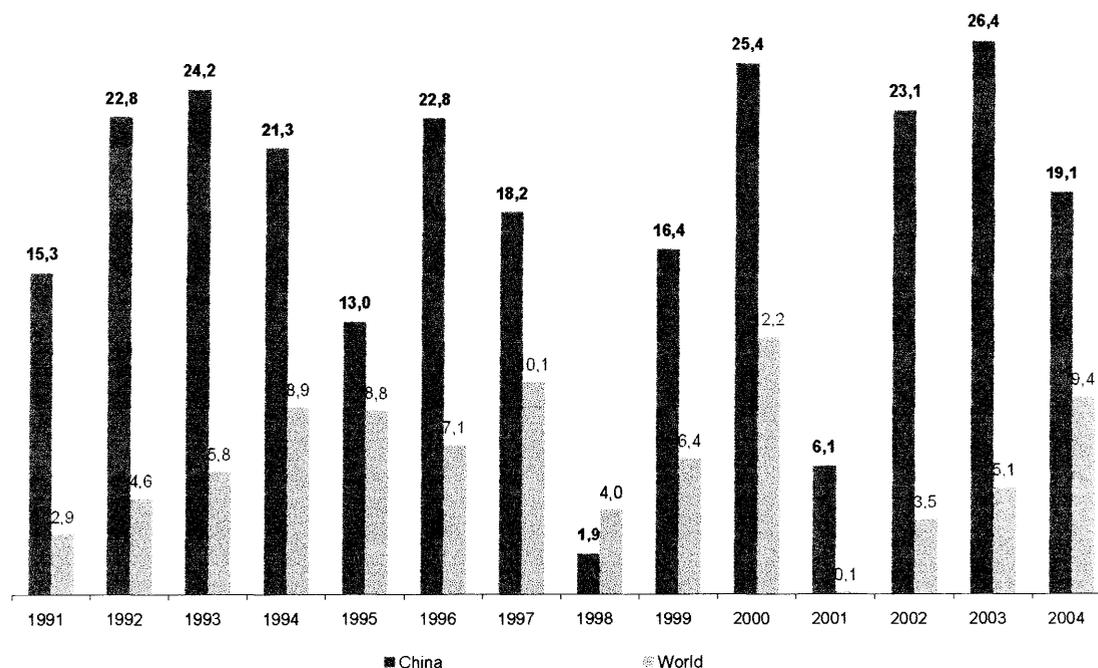
Gráfico 4



(FONTE: UNCTAD)

Gráfico 5

Crescimento do Comércio Exterior da China (Importações + Exportações) - em %



2.3.2 Estrutura setorial das Exportações chinesas

Segundo Johan Adler (2001), nos 20 anos que seguem o início do processo de abertura comercial da China a estrutura setorial das exportações sofreu mudanças significativas. No final dos anos 70 as exportações chinesas consistiam em basicamente três itens: os chamados produtos do petróleo, produtos têxteis e gêneros alimentícios. Em 1980, esses itens constituíam praticamente 2/3 do total das exportações chinesas. Em meados da década de 80 os produtos primários e os manufatureiros baseados em recursos naturais respondiam por 49% do total das exportações. Em 2000 esse número caiu para apenas 12% e as exportações de manufatureiros não baseados em recursos naturais subiram para 89%. Além disso, observamos mudanças importantes na composição das exportações de manufaturados. Inicialmente, os produtos têxteis eram o item dominante, mas em meados

dos anos 80 foram ultrapassados pelos itens de vestuário – em 1992, o item vestuário respondia por mais de 20% das exportações chinesas, constituindo a mais importante da categoria exportação. Em meados da década de 90 o peso dos produtos de vestuário no total das exportações começou a cair, dando espaço para o incremento da participação dos produtos de maquinaria e material elétrico.

Os produtos intensivos em tecnologia tiveram sua participação nas exportações elevada de 3% em 1985 para 22% em 2000, além disso, todos os dez principais produtos de exportação da China no ano 2000 eram produtos dinâmicos no comércio internacional.

2.3.3 Origem das exportações chinesas

Na era pré-reformas a maioria das exportações chinesas originavam-se nas áreas ricas em petróleo de Liaoning e Shandong e nas regiões de produção de têxteis de Xangai e Jiangsu. Mas em meados da década de 80 os efeitos da política de abertura no sudeste da China começaram a se tornar evidente quando as novas indústrias de Guangdong e Fujian apareciam como o motor principal do crescimento chinês baseado nas exportações. No início dos anos noventa essa mudança se tornava evidente quando essas duas províncias eram responsáveis por mais de 40% das exportações da China (Johan, 2001:5).

Ainda nessa questão de origem das exportações observamos uma mudança estrutural no que diz respeito às fontes de produção dos produtos de exportação. Nos primeiros anos de reforma foram as firmas domésticas, estatais ou particulares, que tomaram proveito das oportunidades que surgiram com as mudanças políticas. Entretanto, nos anos 90 foram ultrapassadas pela indústria rural, que é parte do setor rural coletivo, no ranking de fonte de crescimento de exportações. Mesmo com as medidas políticas prematuras, como o estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) no sudeste da China em 1979, tendo sido diretamente direcionadas para estimular as exportações através da atração de companhias estrangeiras, antes do final dos anos 80 as empresas de capital estrangeiro (FIE's) não contribuíram significativamente para as exportações chinesas. Mas a partir do início dos anos 90 as exportações das FIE's passam a crescer mais do que as exportações das firmas domésticas. A tabela 1 (abaixo) ilustra essa situação.

Tabela 1

Ano	Exportações (em US\$ bi)	Firmas Domésticas	Participação	FIE's	Participação
1992	84,94	67,58	79,6%	17,36	20,4%
1993	91,74	66,50	72,5%	25,24	27,5%
1994	121,04	86,33	71,3%	34,71	28,7%
1995	148,78	101,90	68,5%	46,88	31,5%
1996	151,05	89,54	59,3%	61,51	40,7%
1997	182,79	107,89	59,0%	74,90	41,0%
1998	183,76	102,80	55,9%	80,96	44,1%

FONTE: China Statistical Yearbook

2.3.4 As Exportações Chinesas e uma nova organização da divisão internacional do trabalho

O comércio exterior chinês afirmou-se nos anos 80 essencialmente na área do dólar e suas exportações voltaram-se essencialmente ao mercado americano. Induzida pelos EUA inicialmente por razões geopolíticas e posteriormente pelos conflitos comerciais deste país com o Japão, a economia Chinesa estabeleceu com a americana importante complementaridade comercial com uma exportação massiva de produtos industriais intensivos em mão-de-obra e de baixo valor unitário, incluindo, nos anos mais recentes, produtos da tecnologia de informação (TI) (Medeiros 2003:3).

Entre 1985 e 1995, anos em que a moeda japonesa esteve supervalorizada em relação ao dólar, diversos países asiáticos, principalmente a China, se beneficiaram dos investimentos externos, sobretudo japoneses, de Hong Kong e Singapura, e do comércio exterior associados a esses investimentos. Essa reorganização dos investimentos estrangeiros se deu numa tentativa de contornar a pressão de custos decorrente da valorização da moeda japonesa em relação ao dólar. O resultado desse processo é a formação de uma dinâmica triangulação entre Japão (principal fornecedor de bens de

capital para a China e demais países asiáticos que formam o ASEAN), os países do ASEAN ao lado da Coreia e da China, que apresentaram extraordinárias taxas de crescimento na corrente de comércio intraregional, e por fim os EUA que se afirmaram como importadores líquidos e assim “consumidores de última instância” da produção regional asiática (Medeiros 2003:3).

Essa nova dinâmica da origem a uma nova divisão regional do trabalho, que foi operada em grande parte pelas redes de comércio internas às grandes empresas e levou a uma forte expansão das correntes de comércio, sobretudo em países de menor nível de desenvolvimento ou estreito mercado interno. Esta dinâmica depois de gerar extraordinário dinamismo e viabilizar um crescimento sincronizado e em etapas entre países com estágio de desenvolvimento diferentes entrou em crise em 1995, resultado direto da desvalorização do yen que se inicia no mesmo ano e da contração do IDE japonês vinculado às exportações asiáticas para os EUA (Medeiros 2003:3). A moeda chinesa não sofreu os efeitos dessa desvalorização do yen, pois tinha sido desvalorizada em 1994.

A desvalorização da moeda japonesa gerou uma maior pressão competitiva do Japão em segmentos de maior valor unitário da indústria. Somaram-se a essa “nova ordem” cambial a queda do preço dos semicondutores e a afirmação da competitividade da China em manufaturas e segmentos de tecnologia de informação (TI). O resultado foi o deslocamento das exportações da ASEAN nos mercados mundiais, em particular nos EUA. Em relação ao mercado americano, a China como se observou, mas também o México (sobretudo em vestuário) deslocou produtores da ASEAN (Medeiros 2003:4).

2.4 A centralização da Ásia na China

Como vimos no item anterior, a modernização da economia chinesa, acelerada com as reformas pós 1978, “colocou em marcha um gigantesco mercado interno que impulsionou mudanças significativas na divisão regional do trabalho”.

A expansão da indústria e agricultura chinesas gerou uma demanda crescente por produtos industriais. O resultado foi um deslocamento da pauta de importações chinesa na direção de máquinas e equipamentos. Já a mudança na pauta exportadora da China na

direção de bens intensivos em mão de obra provocou forte impacto nos mercados e preços industriais (Medeiros 2003:9).

A expansão do comércio externo chinês gerou uma nova dinâmica regional cujo eixo é a própria China. Essa nova dinâmica é resultado da afirmação da China como um “duplo pólo” na economia mundial: a de a de principal produtor de manufaturas intensivas em mão de obra e como grande mercado para a produção mundial de máquinas e equipamentos, indústrias de tecnologia e matérias primas. Esse “duplo pólo” tem gerado grande impacto sobre a região asiática (Medeiros 2003:11).

A participação da China nas exportações mundiais de bens evoluiu de 1,2% registrados em 1983 para cerca de 4.0% em 2000. Ao longo da década de 1990, as exportações chinesas cresceram a uma taxa anual de aproximadamente 15%. Considerando apenas as exportações de bens industriais, a participação chinesa atingiu a 4.7% das exportações mundiais em 2000. O crescimento das exportações chinesas se deu num contexto de forte expansão conjunta dos países asiáticos cuja quota nas exportações mundiais de manufatura afirmou-se em detrimento da participação dos países desenvolvidos num movimento de drástica redivisão internacional do trabalho na produção industrial.

Tão espetacular como as exportações foi a evolução das importações chinesas. Estas tiveram um crescimento médio anual de 15,5% ao longo dos anos 90. Nos anos mais recentes a China afirmou-se como um pólo extraordinário para as exportações mundiais. Em 1999, economia mundial exportou 166 bilhões de dólares para a China; em 2003, a China absorveu 410 bilhões de dólares do resto do mundo. Em grande parte este aumentou beneficiou as exportações asiáticas em particular o Japão, a Coreia do Sul e países da Associação das Nações do Sudeste da Ásia (ASEAN) (Medeiros 2003:13).

Bibliografia

Adler, J (2001), “China’s Foreign Trade Reform 1979-1998”

Harding, H. (1987), *China’s Second Revolution – Reforms After Mao*, Brookings Institution Press.

Harvie, C. (1999), *China’s Township and Village Enterprises and their evolving business alliances and Organizational Change*, University of Wollongong, Department of Economics, Working Paper Series 1999.

Lemoine, F. (2000), “FDI and the Opening UP of China’s Economy”, Document de travail n° 00-11.

Medeiros, C.A. (1999), *China: entre os séculos XX e XXI*, Editora Vozes, Petrópolis, in: Fiori, J.L. *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*.

Medeiros, C. A. (2005), “A centralização da Ásia na China, Política Cambial e o Desenvolvimento Liderado Pelos Investimentos Públicos”

Shirk, L.S (1994), *How China Opened Its Door*, The Brookings Institution

Silva, M. (2004), “BRASIL, CHINA E INDIA: O IDE NOS ANOS 90”

Texto do Banco Mundial (1994) “A World Bank country study – China Foreign Trade Reform”.